

PATRIMONIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DE PALMAS DE MONTE ALTO - BAHIA: UM OLHAR SOB A LUZ DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Aline da Silva Reis
Professora da Educação Básica
E-mail: eafaline@yahoo.com.br

Palavras-chave: Patrimônio. Meio Ambiente. Representação Social.

Introdução

A palavra patrimônio é de origem latina - “*patrimonium*”, e se relaciona à concepção de “herança paterna”, vinculada também às noções de patrimônio histórico e cultural, onde as lembranças e as memórias caracterizam as identidades culturais de um determinado povo (FUNARI, 2005).

Além do seu sentido jurídico, de bem material ou imaterial, outros sentidos são atribuídos à categoria patrimônio, um deles é a permanência do passado, com o intuito de resguardar algo significativo ao campo das identidades, do desaparecimento (FERREIRA, 2006). O olhar e a apreensão humana é que definirão e qualificarão o patrimônio em seu campo de diversas significações (RIBEIRO et al., 2009).

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, o IPHAN, o patrimônio cultural é transmitido,

de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2009).

As discussões em torno dessa categoria são primordiais para a conservação do patrimônio local, como lugar de pertencimento entre o indivíduo e seu grupo, e para a garantia da qualidade de vida das gerações futuras, premissas essas para a construção de uma sociedade sustentável.

Mediante a complexidade da definição da categoria patrimônio, o presente artigo a analisa numa dimensão simbólica e social, enfatizando o seu caráter individual e coletivo, e identificando os patrimônios históricos, culturais e ambientais mais importantes para a população do município de Palmas de Monte Alto – BA,¹ bem como a forma como os mesmos são compreendidos e apropriados pela população moradora. Também é apresentada a cronologia de uso e apropriação dos três patrimônios ambientais mais citados, bem como sua conservação e valorização.

Patrimônio: noções e contextos

Etimologicamente, a palavra “*patrimonium*” já denota um caráter particular. Para os romanos, tudo aquilo que pudesse ser adquirido (bens materiais, terras, escravos) era tido como patrimônio e considerado um valor aristocrático e privado. A partir do século XV, no final da Idade Média, é atribuído ao patrimônio um valor simbólico e coletivo. Somente a partir do século XVIII, durante a Revolução Francesa, o caráter público passa a ser discutido.

A ideia de nação atribuída ao patrimônio está intimamente ligada ao surgimento do Estado moderno na França durante o século XVIII, no intuito de difundir o sentimento de pertencimento à nação a todo cidadão, onde todos deviam compartilhar a mesma língua, origem, cultura e território (FUNARI et al., 2006).

Como aponta Choay (2006), sua trajetória tem raízes no medievo, assumindo seus contornos mais precisos a partir do século XVIII. Em meados do século XX e início do século XXI, o patrimônio passa a ser visto como uma categoria que se relaciona com a cultura e o meio, com vistas à preservação do meio natural. Países como a Inglaterra, a Itália, os EUA e o Brasil, deram continuidade a esses questionamentos relacionados ao patrimônio cultural, histórico e ambiental.

No Brasil, essa temática data da década de 30, através do projeto de lei proposto pelo presidente Getúlio Vargas, com vistas à preservação do patrimônio cultural e artístico no Brasil. Desse projeto surgiram vários outros com o mesmo caráter, como por exemplo, o decreto lei que deu origem ao Serviço de Patrimônio Histórico e Nacional (SPHN), hoje denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

¹ Município localizado na região Centro Sul Baiano, na microrregião de Guanambi, distante de Salvador 865 km. O município limita-se com os seguintes municípios: Guanambi, Candiba, Sebastião Laranjeiras, Iuiu, Malhada, Riacho de Santana, Matina (IBGE, 2000).

Na década de 70, o Brasil aderiu à Convenção do Patrimônio Mundial, onde a temática extrapolou a esfera cultural, alargando suas fronteiras para outras discussões, no campo natural. A partir desse e outros eventos, alguns bens brasileiros passaram a serem considerados patrimônios mundiais; como exemplo temos: A Amazônia, o Pantanal, a arte e arquitetura barroca do período colonial, a cidade de Brasília, o sítio pré-histórico da Serra da Capivara, entre outros (CANANI, 2005). Em 1990, a intenção em preservar o meio ambiente alarga internacionalmente, tendo como experiência a Conferência do Meio Ambiente, realizada no RJ em 1992.

Segundo ZANIRATO et al. (2006), a temática natureza/cultura foi motivo de reflexão pela UNESCO, tomando uma dimensão mais discursiva a partir de 1968, através da União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos, quando foram elaboradas propostas sobre bens patrimoniais apresentadas em Estocolmo, em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Para tanto, foram definidos como partes integrantes desses patrimônios, tanto os bens paisagísticos ou urbanísticos, como também os bens históricos.

Embora a questão relacionada ao patrimônio natural, do ponto de vista institucional, apareça num segundo plano no Brasil, já que apenas 22% desse patrimônio aparecem como interesse para reconhecimento (SCIFONI, 2006), o país tem hoje como áreas inscritas na lista do patrimônio mundial da UNESCO: o Parque Nacional do Iguaçu, a Floresta Atlântica – Reservas da Costa do Descobrimento e do Sudoeste, o Pantanal, o arquipélago de Fernando de Noronha e o Atol das Rocas, as Áreas Protegidas do Centro da Amazônia, a Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional das Emas.

Deste modo, a natureza passa a ser considerada objeto de valor para o conjunto de determinada sociedade, representada pelo seu o patrimônio natural.

Patrimônios de Palmas de Monte Alto – BA sob os olhos dos moradores

Historicamente a ocupação do município de Palmas de Monte Alto assemelha-se à ocupação do Alto Sertão Baiano, que se deu por volta da metade do século XVII (NEVES, 2003), embora sua origem remonte ao ano de 1742, cujo povoado denominava-se Praia das Palmas de Monte Alto. As terras do território de Monte Alto foram adquiridas pelo alferes Francisco Pereira de Barros (vulgo Pereirinha)² junto a Isabel Guedes de Brito (herdeira de

² Pererinha era um proprietário de escravos e lavrador. Temente a Deus e devota à Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens, como pagamento de um promessa por ter perdido seu gado, mandou construir uma capela com

Antônio Guedes de Brito, a quem pertencia a maior parte das terras do Alto Sertão Baiano), no ano de 1730.

Desmembrado do município de Macaúbas, Palmas de Monte Alto, foi elevado à categoria de vila em 1840 pela lei providencial nº. 124 de 19 de maio do mesmo ano e somente emancipado em 23 de julho de 1.918, pela Lei Estadual nº 1.253 (SILVA, 2007). Atualmente vem destacando cada vez mais na área turística.

O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa qualitativa, utilizou-se como coleta de dados a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), uma técnica de análise empírica quali-quantitativa, baseada num discurso individual quantificável e discursivo. Baseado nos pressupostos da Teoria das Representações Sociais (TRS), o DSC busca por meio de questões abertas, obter respostas ou opiniões de indivíduos ou grupos de uma determinada sociedade, transformando tais resultados em representações coletivas (LEFÈVRE et al., 2000).

Jodelet (2002) apud Arruda (2003) define as “representações sociais” como uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social, constituindo-se como campo de representações sociais, as expressões, imagens, ideias, significados e valores sobre um objeto, inserido num determinado tempo e espaço.

Os procedimentos metodológicos adotados neste estudo foram realizados da seguinte forma: pesquisa bibliográfica, levantamento prévio dos patrimônios, visita e descrição dos patrimônios, definição das amostras estratificadas da população por faixa etária, segundo os dados do IBGE (2001), divididas em duas classes (A- de 15 a 19 anos e B – 50 anos ou mais) com intuito de verificar a relação intergeracional existentes entre ambas, pré-teste, entrevistas semiestruturadas (totalizando 76 entrevistas), transcrições, análise, comparação e tabulação dos dados e construção da cronologia dos patrimônios mais citados. Dentre os diversos patrimônios apresentados no levantamento prévio, foram encontrados diversos casarões antigos, paisagens naturais, sítios arqueológicos e históricos no município.

Os discursos apresentados pelos entrevistados referentes ao que se entende por patrimônio foram categorizados de diversas maneiras. A noção de patrimônio relacionada à herança, ao passado, é sem dúvida uma das mais difundida. Outra noção atribuída à categoria patrimônio foi como um bem material, imaterial, cultural ou natural de um povo transmitido de uma geração para outra, um bem público ou privado e outros não souberam responder.

imagens da santa, que deu origem à Vila de Senhora Mãe de Deus e dos Homens de Monte Alto, morreu antes de ver suas instalações prontas (MOURA, 1989).

O sentimento de pertencimento presente nas falas representa não só traços de sua identidade como também o valor atribuído ao patrimônio, valores estes que torna os sujeitos pertencentes a um determinado grupo social (LEÃO, 2009). Como relata um entrevistado: “Patrimônio para mim, é uma coisa que pertence a nossa cidade como belezas naturais, (...), algo que a gente precisa preservar que pertence a nós, que me pertence (...) e é muito importante pra sociedade e pra comunidade”.

Diante disso, foi questionado aos entrevistados se os mesmos conheciam os patrimônios do município. Dentre os patrimônios citados, os Casarões antigos (14,8%) e a Igreja de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens (13,9%) destacam-se nas citações, devido à ideia que se tem de patrimônio, relacionada á conjuntos urbanos. Embora haja um número bastante expressivo para esses patrimônios, os naturais também se destacam, tendo como exemplos a Cachoeira do Brucunum (11,1%), a Serra Geral (9,5%), a Fonte das Negas (7,4%) e a Paisagem da Fazenda Três Irmãos (7,1%).

Com frequências menores aparecem as Pinturas rupestres (5,0%), a Casa de Pedra (3,2%), o Curral de Pedra (2,4%), o Alinhamento de blocos calcários (0,5%) e o Artesanato (0,5%). As Festas Populares (9,2%) e outros patrimônios (7,7%) representam aspectos bastante peculiares de cada grupo.

A preferência em relação a alguns patrimônios e a frequência elevada a outros, atribui-se ao conhecimento ou não desses lugares. Os discursos demonstraram que os principais responsáveis pela transmissão de informações sobre os patrimônios de deram através das pessoas mais velhas, familiares, amigos, escola, comunidade, políticos, mídia e através de visitas aos locais. Relata um entrevistado: *Através de familiares, professores e pela comunidade.*

Percebe-se que, embora os entrevistados conheçam ou já ouviram falar de vários patrimônios do município, há uma discordância entre os grupos A e B quanto às visitas aos patrimônios citados, embora conheçam, poucos visitaram esses lugares.

No que se refere à relevância desses patrimônios de acordo os dados da pesquisa, a Igreja de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens (com percentual de 33,93% e 30,00% dos grupos A e B respectivamente) é considerada o patrimônio mais importante para a população moradora do município de Palmas de Monte Alto, pois ela marca o surgimento da cidade e é fonte de fé para muitos.

A cachoeira do Brucunum aparece com percentual relevante para o grupo A (21,43%), em decorrência de sua beleza natural, recursos hídricos e atrativos turísticos, um lugar cheio de encantos e que transmite tranquilidade.

A Serra dos Gerais, assim denominada pelos entrevistados, sendo esta a Serra de Monte Alto é apontada também como mais importante devido sua exuberante riqueza, representada pela fauna e flora, pelos recursos naturais e hídricos e pelo seu valor econômico.

Outros patrimônios foram citados como relevantes com um total de 14,29% do grupo A e 5,00% do grupo B. Detalhe importante é que esses últimos dois patrimônios (as pinturas rupestres e a paisagem da Fazenda Três Irmãos) não foram nem mencionados pelo grupo B e 25,00% dos entrevistados deixaram de responder a pergunta.

A valorização desses patrimônios se dá de acordo o grau de importância que eles têm para a vida de cada um. Sentimentos de alegria e orgulho demonstraram o real valor atribuído aos patrimônios, o forte laço afetivo e sentimento de pertencimento ao lugar onde moram. Os entrevistados também não deixaram de mencionar sentimentos de tristeza, preocupação e indignação, frisando os cuidados que devem ter com esses lugares, no sentido de preservá-los para que futuras gerações possam conhecê-los.

Delphim (2009) aponta que:

A valorização do patrimônio cultural [natural] depende necessariamente do grau de conhecimento que se tem de suas inúmeras e diversificadas formas de utilização. Sua preservação, da consciência e do orgulho com que os grupos sociais os amparam e guardam como elemento da própria identidade (DELPHIM, 2009, p. 170).

Dentre as ações executadas pela população para a conservação dos patrimônios, a maioria apontou a limpeza como uma forma de valorizá-los. A conscientização da população, a participação em campanhas e em projetos ambientais e a não degradação, destruição e poluição dos lugares, foram também mencionados como ações em favor da preservação. Fiscalização e legalização desses bens na ótica dos entrevistados, é responsabilidade dos setores públicos, pois poucos alegaram realizar tais ações.

Os discursos apontaram que as mudanças ocorridas em alguns lugares foram de cunho estrutural, embora outros tenha sofrido modificações devido à ação do tempo, da natureza e do homem, ocorrendo problemas como demolição de alguns casarões antigos, reformas, desmatamentos, queimadas e poluição.

Cronologias do uso e apropriação dos três principais patrimônios ambientais mais citados pela população moradora do município.

O estudo cronológico do uso e apropriação dos três principais patrimônios ambientais mais citados pautou-se em algumas informações sobre os lugares, tendo como principal suporte os relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX que percorreram o Brasil, especificamente a região em estudo (Johann Baptist von Spix, Carl Friedrich Philipp von Martius e Theodoro Sampaio), descrevendo as belezas naturais, características físicas, geográficas, geológicas, históricas e econômicas através de textos, desenhos e mapas da região.

Utilizou-se reportagens da *Revista Integração* – revista informativa e cultural da Bahia, anos de 1995, 1996 e 2002; o livro: *Theodoro Sampaio e a Chapada Diamantina – Trechos da Expedição de 1879/1880* de Otoniel Fernandes Neto, ano 2006; o relatório técnico de Loredana Ribeiro, intitulado *Arte Rupestre da Serra Geral de Monte Alto –Bahia*, ano 2007; o relatório do *Levantamento e diagnóstico da Serra de Monte Alto – subsídios para a criação da Unidade de Conservação Auto-sustentável da Serra de Monte Alto*, ano 2007 e o relatório de inspeção técnica – Serra de Monte Alto (ano 2008).

Dentre os patrimônios mais citados, destacaram-se como três ambientais mais citados a Serra de Monte Alto, a Cachoeira do Brucunum e a Paisagem Natural da Fazenda Três Irmãos.

A Serra de Monte Alto localiza-se no centro-sul da Bahia. Com uma área correspondente á 90.000 ha, possui uma vegetação variada de caatinga, caatinga arbórea, cerrado, campos rupestres e matas de galeria que abrigam uma diversidade de fauna, sendo que algumas espécies estão em extinção. A geomorfologia arenítica entre cortada de riachos e cachoeiras forma a paisagem com vários sítios arqueológicos, pré-históricos e históricos (SILVA, 2008).

Segundo Etchewarne (2007), os primeiros registros de grafismos pesquisados na Serra de Monte Alto, datam do ano de 1758. Os próximos registros sobre a região se encontram nas descrições feitas pelo zoólogo Johann Baptist von Spix e o botânico Carl Friedrich Martius, entre os anos de 1772 á 1818, seguiram viagem pelo sertão percorrendo o interior do Rio São Francisco até chegar às proximidades da Serra de Montes Altos, meados do ano de 1817. Em suas narrativas descreve não só a beleza cênica da Serra de Monte alto, como também seus aspectos físicos, geográficos, sociais e econômicos.

A primeira coisa que chamou a nossa atenção foi grandes bancos baixos de um granito avermelhado, os quais ora são inteiramente despidos de vegetação, ora cobertos de filas fechadas de cactos. Quando nos aproximávamos da Serra de Montes Altos, nos deu na vista a forma arredondada dos cumes de muitas montanhas e outeiros. (...) Alguns montes, isolados, elevam-se muito e formam os mais altos picos da Serra de Montes Altos, cuja rocha dominante é um granito finamente granuloso, de textura muito densa... (SPIX et al., 1981, p. 121).

O uso do solo era apropriado para atividades agropecuárias e apresentava pouca vegetação em algumas áreas da Serra. "... Os habitantes destas regiões tristes cuidam, sobretudo, de criação de gado bovino e cavalos. Só raras vezes encontramos plantações de algodão, o qual dá bastante aqui" (SPIX et al., 1981, p. 121).

Sampaio (1905) descreve de forma semelhante à narrativa de Spix e Martius (1981) a Serra de Monte Alto ao percorrer a Bahia no ano de 1879, chegando à cidade de Monte Alto aos 27 dias de dezembro do mesmo ano. Além da beleza e exuberância de sua paisagem natural, descreve também suas riquezas e mananciais de água.

A rocha dominante na serra de Monte Alto é um grés avermelhado que dá a pedra de amolar e um quartzito empregnado de pequenos cristaes límpidos. O ferro, informaram-nos, é encontrado em abundância nas encostas escavadas e no alto, cerca de leguas e meia da vila para o sueste, encontra-se uma considerável massa de ferro quase puro... (Sampaio, 1905, p. 100).

A Serra de Monte Alto, sempre foi destaque não só nos relatos dos viajantes do século XVIII e XIX, como também continuou e continua sendo alvo de estudos, pesquisas e interesses de escritores e jornalistas locais. Moura (1989), conta a história da origem do município, no livro *História da Formação e Vida de Palmas de Monte Alto*, onde conta a história da formação da cidade e o povoamento da grande fazenda Riacho da Boa Vista, na qual deu origem ao município.

Além dos registros já citados e de outros estudos realizados na Serra, dentre elas o estudo arqueológico, geológico, fitogeográfico, florístico, ambientais da Serra, concretizado no ano de 2007. O Relatório de Inspeção Técnica realizado na Serra de Monte Alto, promovido pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, realizado em 2008, reforçou a necessidade da criação de uma unidade de conservação na serra dando destaque para suas potencialidades ambientais, turísticas e econômicas.

A cachoeira do Brucunum foi o segundo patrimônio citado. Caracterizada pela sua beleza cênica, a cachoeira é apresentada como uma opção de lazer. Além de outras nascentes

existentes na serra, o Brucunum é considerado um dos lugares mais procurados pela população local, principalmente nos finais de semana (MACÊDO, 2008).

Devido a seu potencial turístico, a cachoeira foi catalogada como espaço livre cultural no 1º Censo Cultural da Bahia, realizado no período de 2002 a 2006. Além do Brucunum, outros lugares foram mencionados, como a Fonte das Negas e outras nascentes, todos localizados no município. Segundo Soares (2008) o estado de conservação da área se encontra bastante preservada, porém apresenta problemas de disposição de lixo.

Considerada como patrimônio na ótica da população de Palmas de Monte Alto, a paisagem natural “Três Irmãos” sempre foi destaque na história do município. Abrilhou os olhos de vários viajantes durante suas longas viagens pelo sertão. “Desde a época da colonização. ‘Três Irmãos’ era pouso seguro para tropeiros” (MARTINS, 2002, p. 42).

Sampaio (1905), ao chegar à fazenda dos Três Irmãos em 30 de dezembro de 1879, considerou-o como um dos lugares mais pitoresco do sertão, comparando-o como um parque ou jardim natural. Além de caracterizar a paisagem do sertão, devido sua beleza cênica, as águas acumuladas da chuva no entorno dos blocos, serviam como fonte de reservatório de água para a criação de gado, já que a escassez de água sempre foi um problema na região nordeste.

Na base que é um extenso lageado concavo, (...) vêm-se dous enormes caldeiros onde podem beber em tempo de secca para mais de tres mil cabeças de gado.

São verdadeiros dons da Providencia, e lição nem sempre aproveitada, estes reservatórios naturaes onde se acumulam as aguas do tempo de chuva, guardando-as de um anno para outro, n'uma região cujo problema economico mais grave é o abastecimento d'agua... (SAMPAIO, 1905, p. 103).

Com um forte potencial turístico os Três Irmãos atrai pessoas de diversos locais, sendo utilizado como uma opção de lazer. A paisagem descrita como uma verdadeira maravilha, recentemente foi fonte inspiradora no estudo pictórico, cujo percurso seguia do São Francisco rumo à Chapada Diamantina, entre os anos de 2003 e 2004 (FERNANDES, 2005).

Conclusões

A relação entre sujeito e patrimônio, parte do significado que esse bem patrimonial tem para o mesmo, a afetividade e o valor atribuído expressam o grau de representatividade existente entre o sujeito e o bem (LACERDA et al., 2007).

A partir dos resultados apresentados, conclui-se que há uma enorme quantidade de bens patrimoniais que precisam ser preservados e valorizados no município. A presente pesquisa apresentou diversas noções atribuídas pela população moradora ao patrimônio. Tais concepções exprimem o que esses bens significam para cada sujeito, representando nesse caso, o reflexo de suas vivências, bem como sua identidade.

O grau de representatividade evidenciou que, quanto mais representativo o patrimônio for para o sujeito, mais valorizado e preservado ele será.

Referências

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, Campinas, v. 117, p. 127-147, 2003.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan/jun. 2005.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Ed. 70, 2006.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. O patrimônio natural no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (Orgs.). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Anablume; FAPESP, Campinas: Nepam, 2009.

ETCHEVARNE, Carlos. *Escrito na Pedra. Cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia*. Tradução de Sabrina Gledhill. Rio de Janeiro: Versal, 2007.

FERNANDES NETO, Otoniel. *Theodoro Sampaio e a Chapada Diamantina – Trechos da Expedição de 1879/1880*. Brasília: 2005. (Edição sem autor).

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi, Patrimônio: discutindo alguns conceitos. *Diálogos*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 79-89, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares. In: PELEGRINI, Sandra C. A. *Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Patrimônio Cultural*. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 21 ago. 2009.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, 2005.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002, p. 17-44.

LACERDA, Norma et al. *O patrimônio como representação social em Olinda: horizontes para a conservação de cidades tombadas*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2007.

LE GOFF, Jacques. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: PELEGRINI, Sandra C. A. *Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, 2006.

LEÃO, Marina Soares. *A representação social do patrimônio cultural para a formação do sentimento de pertença do sujeito social*. Governador Valadares: UNIVALE. NEHT (Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais), 2009.

LEFÈVRE, Fernando et al. O Discurso do Sujeito Coletivo: Uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. In: LINS, Alene da Silva. *A decisão de preservar – um estudo das reservas particulares do patrimônio natural da região cacaujeira (Sul da Bahia – Brasil)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2005.

MACÊDO, José Alberto Castro; SOUZA, Andréia. *Relatório de Inspeção Técnica – Serra de Monte Alto: Palmas de Monte Alto, Candiba, Sebastião Laranjeiras, Pindaí e Guanambi/Bahia*. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Abr. 2008.

MARTINS, João. A arqueóloga Maria Beltrão faz novas descobertas na Serra Geral. *Integração Revista Informativa e Cultural da Bahia*, Guanambi, ano 10, n. 64, p. 28, jan/fev. 2002.

MOURA, Waldemar Teixeira de. *História da Formação e Vida de Monte Alto*. Palmas de Monte Alto/Bahia: s/editora, 1989.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 2003. Tese (Doutorado em história) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

RIBEIRO, Wagner Costa et al. *O patrimônio natural sob proteção. A construção de um ordenamento jurídico*. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (Orgs.). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Anablume; FAPESP; Campinas: Nepam, 2009.

SAMPAIO, Theodoro. O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). *Revista S. Cruz*, São Paulo, 1905. Disponível em: <http://www.biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1905_rio>. Acesso em: 07 mar. 2010.

SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. *Diálogos*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

SILVA, J. P. da; SANCHES, A.; SOARES FILHO, A. de O. *Levantamento e diagnóstico da Serra de Monte Alto: subsídios para a criação da Unidade de Conservação Arqueológica e Natural da Serra de Monte Alto*. Relatório de Pesquisas. Palmas de Monte Alto/Sebastião Laranjeiras/Pindaí/Candiba/Guanambi. Bahia, 2007.

SOARES FILHO, Avaldo de Oliveira. Recursos hídricos da Serra de Monte Alto. In: SILVA, J. P. da; SANCHES, A.; SOARES FILHO, A. de O. *Levantamento e diagnóstico da Serra de Monte Alto: subsídios para a criação da Unidade de Conservação Arqueológica e Natural da Serra de Monte Alto*. Relatório de Pesquisas. Palmas de Monte Alto/Sebastião Laranjeiras/Pindaí/Candiba/Guanambi. Bahia, 2007.

SPIX, Johann Baptist Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmaeyer. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1981.

_____. *Carpeta de información sobre el patrimonio mundial*. Paris, 2008. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_infokit_es.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2009.

ZANIRATO, Silvia Helena. In: RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, jan/jun. 2006.